PROJETO DE LEI Nº _____ DE _____ DE _____

Altera redação do artigo 1º, acrescenta §§ 1º e 2º ao artigo 2º, altera artigo 5º, 6º e acrescenta o artigo 7º, 8º e § único, renumerando os demais artigos na Lei 3.813 de 11 de janeiro de 2016.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS, aprovou e eu, PREFEITO DE ANÁPOLIS, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O artigo 1º Lei de Nº 3.813 de 11 de janeiro de 2016 passa a vigorar com a seguinte redação.

“Art. 1º. Ficam as Unidades de Saúde, prestadoras de serviços hospitalares da Rede de Urgência e Emergência do Município de Anápolis, obrigados a divulgarem em local visível e em sítios eletrônicos e redes sociais em geral a escala de serviços, plantões e sobreavisos dos profissionais de saúde, além dos responsáveis pela chefia de plantão.”

Art. 2º. O artigo 2º Lei de Nº 3.813 de 11 de janeiro de 2016 fica acrescidos dos seguintes parágrafos:

“Art. 2º. (...).

§ 1º. Torna-se obrigatório que o médico, quando em serviço, o uso de crachá de identificação, visível e legível que contenha foto, nome, função e/ou cargo e também a especialidade.

§ 2º. No crachá de identificação a denominação deve ser médico e não doutor, em dimensão que garanta fácil leitura.”

Art. 3º. Fica alterada a redação do artigo 5º e 6º da Lei de Nº 3.813 de 11 de janeiro de 2016, renumerando os demais, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º. O não cumprimento desta Lei pelos diretores das Unidades de Saúde, servidores efetivos, comissionados ou contratados, poderá sofrer as penalidades de Advertência a Cassação de Disponibilidade, conforme a Lei 2.073 de 21 de dezembro de 1992.

Art. 6º. Para imposição de pena disciplinar, são competentes, conforme a Lei 2.073 de 21 de dezembro de 1992:

I-O Prefeito, para qualquer das enumeradas no artigo anterior;

II-Os Secretários e os Diretores de repartições ou serviços diretamente subordinados à chefia do Poder Executivo, as mesmas penas, exceto as de demissão e de cassação de disponibilidade;

III-Os Chefes de repartições, os dirigentes de serviços subordinados às Secretarias e a pedido de interessado, para as penas de advertência e repreensão.

Art. 4º. Fica acrescido a redação do artigo 7º e 8º e §único da Lei de N° 3.813 de 11 de janeiro de 2016:

Art. 7º As penas de advertência e repreensão serão aplicadas por escrito, justificando-se a aplicação das mesmas.

Art. 8º. A pena de suspensão somente poderá ser imposta pelo Prefeito e dependerá, em qualquer caso, de apuração de falta em processo administrativo em que assegure ampla defesa e não excederá de trinta dias.

Parágrafo único. O servidor suspenso perderá todas as vantagens e direitos decorrentes do exercício do cargo., durante o período da suspensão:

Art.5°. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6°. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Justificativa

Diversas estatísticas certificam que a Internet e suas ferramentas têm tomado grande espaço na vida dos cidadãos. No Brasil, alguns dos números chegam a ser surpreendentes. Segundo pesquisa do instituto IBOPE Media (outubro de 2013), somos 105 milhões de internautas no Brasil, sendo que 57,2 milhões desses acessam a Internet regularmente.

Não se pode discorrer de obrigações em comunicação pública sem trazer à tona brevemente o Direito Administrativo. Nessa esfera, destacam-se alguns institutos. Primeiramente, o princípio da legalidade traz, de forma diversa do Direito Privado, que o Poder Público somente pode agir de acordo com o interesse público, não cabendo a ele definir qual é esse interesse, mas sim à lei.

Portanto, os atos da Administração devem sempre estar pautados pela lei. Isso inclui tanto suas ações quanto suas omissões, de forma que o gestor tem não só a obrigação de agir de acordo com a lei, mas também o dever de agir positivamente para cumpri-la, não podendo abster-se de exercer sua função.

Além desse princípio, os atos públicos devem estar pautados pelo princípio constitucional da eficiência, sacramentado pelo artigo 37 da Constituição Federal. Isso quer dizer que as ações não só devem estar de acordo com a lei, mas devem ser executadas da forma mais vantajosa para a administração.

Se houver duas formas de se atingir o mesmo objetivo, a menos onerosa e a mais vantajosa, obrigatoriamente, deve ser a escolhida. Em decorrência desses princípios, qualquer ato administrativo deve ser justificado de acordo com o princípio dos motivos determinantes.

No âmbito da Constituição Federal de 1988, dois institutos merecem destaque para a pesquisa. O primeiro deles está contido no artigo quinto da Carta Magna, aquele que elenca os principais direitos individuais e coletivos do cidadão. O inciso XIV enuncia que “é assegurado a

todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional”. O dispositivo inclui o direito de informar, de informar-se e de ser informado, sendo este último o mais importante para a presente pesquisa, e que deve ser interpretado de forma ampla.

A interpretação do direito de ser informado deve ser agregada, ainda, ao inciso XXXIII do mesmo artigo 5º, “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”, e ao princípio da publicidade, um dos cinco princípios que devem nortear a Administração Pública nos termos do caput do artigo 37 de nossa Carta Maior.

Somando-se a todos os institutos jurídicos apresentados, o advento da Lei Federal 12.527/12 veio consolidar e homenagear todos os princípios e ditames supracitados. A chamada Lei de Acesso a Informação (LAI) trouxe inúmeros avanços para a transparência dos atos públicos.

Especificamente, no que diz respeito à comunicação pública na Internet, devem ser destacados os seguintes pontos de seu texto:

- ✓ Divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações,
- ✓ Utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação,
- ✓ Desenvolvimento do controle social da administração pública
- ✓ Gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação.

Além desses, seu artigo 8º resume um pouco o verdadeiro espírito da lei, que é o de total transparência e efetividade na transmissão de informações ao cidadão: “É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.”

Combinando-se os ditames dos dois parágrafos anteriores, torna-se inegável a conectividade entre a LAI e o ambiente virtual. E retomando, ainda, as ideias iniciais deste texto, são mais de 100 milhões de brasileiros conectados e prontos para terem acesso às informações públicas de forma rápida, gratuita e em tempo real. Não há de se deixar de aproveitar esse potencial injustificadamente.

Portanto, ao considerar os aspectos apresentados quanto ao advento das redes sociais na vida cotidiana do cidadão brasileiro – bem como sua natureza muito mais horizontalizada, permissionária e interativa, é incontroverso que essa forma de comunicação é extremamente adequada à fluência da mensagem pública, entre outros, por apresentar-se de forma direta, isto é, sem a interferência editorial dos veículos de comunicação em massa privados.

A disseminação de mensagens de interesse público com qualidade e transparência não são somente uma tendência, mas uma obrigação legal do Poder Público.

Quanto a identificação pelo crachá, a exposição dos motivos é que atualmente, as unidades de saúde contam com a prestação de serviços de vários profissionais ligados à saúde, os quais, se vestem e se identificam de forma bastante semelhante, o que muitas vezes, dificulta a identificação do médico, por parte do paciente, que por sua vez, tem o direito de saber qual o profissional está lhe prestando atendimento. **(RESOLUÇÃO CREMEGO Nº 089/2013).**

Assim, considerando que na maioria dos crachás utilizados em instituição de saúde, consta apenas a expressão “Doutor” ou “DR.” fulano de tal, não especificando de forma clara, a profissão da pessoa que presta o atendimento, e entendendo que o paciente deve ser informado sobre a formação do dito profissional, é necessário disciplinar o assunto recomendado ao profissional médico a utilização de crachá, cuja identificação deverá conter expressamente denominação de MÉDICO e não DOUTOR. **(RESOLUÇÃO CREMEGO Nº 089/2013).**

Rogo, portanto, a todos os pares desta honrosa Casa de Leis, pela aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões em ____/____/____

Jakson Charles
Vereador – Líder do Prefeito